

O ciclo do ouro e seus impactos socioambientais. Um drama humano e ecológico que atravessa fronteiras

The Gold Cycle and its Socio-environmental Impacts. A Human and Ecological Drama that Crosses Borders

Afonso Tadeu Murad
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) - Brasil

Resumo

O ouro nos fascina pela sua beleza, brilho reluzente e alto valor agregado. Sinal de riqueza e ostentação, ele esconde um drama humano e ecológico que atravessa fronteiras. Do extrativismo, no leito dos rios ou em jazidas, até sua utilização no mercado financeiro, o ouro deixa um rastro de exploração do ser humano e de degeneração do meio ambiente. Esse artigo visa mostrar o ciclo produtivo do ouro, os impactos sociais e ambientais, e as interpelações dessa realidade para a fé cristã e as Igrejas. Está dividido em três partes. Inicialmente, caracteriza os tipos de extração desse metal e as consequências para o solo e as comunidades humanas, bem como sua destinação como investimento no mercado financeiro. A seguir, apresenta uma síntese bíblica sobre os vários significados do ouro. Por fim, oferece uma reflexão teológico-pastoral sobre o ouro, a sustentabilidade e a equidade social. Na conclusão, sinaliza algumas iniciativas das Igrejas cristãs em defesa dos territórios frente a exploração do ouro e seu empenho pela justiça socioambiental.

Palavras-chave

Ouro.
Extrativismo.
Sustentabilidade.
Igrejas.
Desinvestimento.



Abstract

Gold fascinates us with its beauty, brilliant shine and high added value. A sign of wealth and ostentation, it hides a human and ecological drama that crosses borders. From extractivism, in the riverbeds or in land mines, to its use in the financial market, gold leaves a trail of human exploitation and degeneration of the environment. This article aims to show the productive cycle of gold, the social and environmental impacts, and the interpellations of this reality for the Christian faith and the Churches. It is divided into three parts. Initially, it characterizes the types of extraction of this metal and the consequences for the soil and human communities, as well as its destination as an investment in the financial market. The following is a biblical summary of the various meanings of gold. Finally, it offers a theological-pastoral reflection on gold, sustainability and social equity. In conclusion, it points out some initiatives of the Christian Churches in defense of territories against the exploitation of gold and their commitment to socio-environmental justice.

Keywords

Gold.
Extractivism.
Sustainability.
Churches.
Divestment.

Introdução

O ouro nos fascina por seu brilho e beleza. Embora a grande maioria da população do planeta nunca irá tocar em um objeto de ouro ou investir no mercado financeiro nesse metal precioso, o ouro continua sendo um sinal de riqueza e ostentação. Mas o ouro reluzente esconde, no passado e no presente, a exploração e a aniquilação de povos, um rastro de sangue derramado, violência e acumulação, além do impacto negativo sobre o solo e as águas.

Nesse artigo mostraremos como a extração e a venda do ouro tem graves consequências para o meio ambiente e as comunidades atingidas pela mineração, especialmente os mais pobres. A primeira versão desse texto, em espanhol, surgiu como uma contribuição ao Grupo de Trabalho “Teologias, Ecologias e Extrativismo” na Campanha Internacional de Desinvestimento das Igrejas em Ouro no Mercado Financeiro. Parte dele foi apresentado no GT “Religião, ecologia e cidadania planetária” no 33º Congresso da SOTER (2021). O artigo está dividido em três partes: (1) O processo produtivo do ouro e seu uso no mercado financeiro; (2) Um panorama da visão bíblica sobre o ouro; (3) Reflexões ético-teológicas. Defendemos que as Igrejas cristãs devem rejeitar

este "ciclo da morte" da extração, venda e investimento em ouro, apoiar as comunidades afetadas pela mineração, posicionando-se por uma sociedade justa e ecologicamente viável.

Da extração ao mercado. Os (des)caminhos do ouro

Todo o ciclo produtivo do ouro apresenta riscos e impactos socioambientais. O processo inclui: prospecção, licença para instalação e operação, extração, beneficiamento, destinação, compra e venda e utilização no mercado financeiro. Alguns desses problemas são comuns a outros metais explorados pela mineração. A palavra "ciclo" já esconde uma justificativa ideológica, pois os processos de extração e beneficiamento e produção de metais são lineares e não cíclicos. Em cada etapa consomem energia, ferem o solo, produzem resíduos poluidores e prejudicam os trabalhadores(as) envolvidos. Vejamos em que consiste cada etapa.

A licença de implantação e a exploração

A extração artesanal, nos rios ou nas jazidas é a forma mais antiga de extração do ouro e tem pouco impacto ambiental. Prática ancestral dos povos originários em alguns países andinos, é considerada como "mineração de subsistência" e não requer autorização.

A exploração de metais pelas empresas deve obedecer às normas ambientais de cada país. Após um período de avanço na legislação ambiental nos últimos 30 anos, há um movimento na América Latina para "flexibilizar" (palavra bonita e falsa) a legislação ambiental, especialmente nos governos de linha neoliberal. Tal iniciativa visa promover o aumento da rentabilidade das mineradoras, em detrimento do meio ambiente e das comunidades atingidas pela mineração.

Em locais onde a legislação ambiental é mais desenvolvida e efetivamente aplicada, a extração de ouro, como de outros metais, exige uma "licença de implantação", seguida de uma "licença de operação". É necessária uma análise prévia dos órgãos ambientais com um parecer técnico (EIA: estudo de impacto ambiental e RIMA: relatório de provável impacto no

meio ambiente). Deve ser seguido um processo de discussão pública, com consulta às comunidades envolvidas, para aprovação ou não do empreendimento minerário. Mesmo em países onde isso acontece legalmente, ocorre corrupção. As mineradoras interferem no parecer técnico, afirmando que o empreendimento tem muitas vantagens econômicas e sociais e poucos impactos negativos no meio físico (água, ar, solo), biológico (plantas, animais, ecossistema como um todo) e humano. Elas também cooptam os poderes políticos locais e até mesmo as lideranças das comunidades envolvidas, para que o projeto tenha o aval deles.

Em vários países, como o Brasil, a extração de ouro e de outros metais não é permitida em áreas indígenas e, principalmente, em regiões de proteção ambiental. No entanto, estima-se que mais da metade da extração de ouro no continente latino-americano seja feita de forma clandestina, nessas áreas. De acordo com um relatório da ONU de 2020, mais de 60% da mineração de ouro na Colômbia é ilegal (PORTAFOLIO, 2020). O relatório também indica que, “a exploração do ouro aluvial ocorre em territórios ambiental e socialmente vulneráveis, onde a ilegalidade se expressa de diferentes formas. Em 43% dos territórios com Evoa (exploração aluvial de ouro) foi identificada a presença de cultivo de coca.

Há duas formas mais conhecidas de extração do ouro: aquela realizada nos leitos de riachos e rios (aluvião) e a exploração em jazidas, que podem ser a céu aberto ou subterrâneas. Por vezes, descobre-se o ouro a céu aberto e a seguir se constroem galerias que se aprofundam no solo. Chama-se “lavra” a exploração econômica de uma jazida. Na linguagem coloquial, denomina-se “mina” o local no solo ou subsolo onde se encontram metais sujeitos a exploração. Assim, se diz: “mina” de ouro, de ferro, de nióbio, de manganês, de urânio, de prata, de bauxita, etc. Um termo que dá margem à confusão é “garimpo”. Esse significava tanto a atividade de extrair metais e pedras preciosas da natureza quanto o lugar em que ocorre sua exploração. Atribuía-se a “garimpeiro” sobretudo a pessoa que realizava essa atividade no leito dos rios, separando com uma bateia as pepitas de ouro, ou de pedras preciosas, de outros sedimentos. Portanto, produção artesanal.

Hoje a palavra é usada para caracterizar também a exploração de metais (especialmente o ouro) de forma predatória. Ficou conhecido no Brasil o garimpo da Serra Pelada, na década de 80, no município de Curionópolis, no sudeste do Pará. Os homens que lá extraíam o metal eram submetidos a péssimas condições de trabalho, alimentação e moradia. Enriqueceram os comerciantes e outros agentes econômicos que compravam, revendiam, beneficiavam e exportavam o ouro. Estima-se que foram extraídas 42 toneladas de ouro, na maior mina a céu aberto do mundo. Mas isso não gerou riqueza para os trabalhadores que para lá se deslocaram, os moradores da região e o país. Desde 2019, com o apoio tácito ou explícito do governo Bolsonaro, multiplicou-se enormemente o chamado “garimpo ilegal” da extração de ouro, especialmente na região amazônica e, desgraçadamente, em terras indígenas.

Extração aluvial

O principal problema socioambiental da mineração aluvial reside na sua forma “industrializada”, realizada com dragas em leitos de rios e riachos. Ela tem forte impacto ambiental devido ao lançamento de produtos tóxicos nas águas e no solo, que são usados para separar esse metal precioso.

Normalmente, é feita amalgamação com mercúrio ou a extração com cianeto. Devido à mineração, a camada orgânica do solo é eliminada, o que altera suas propriedades físicas e químicas, gera processos de instabilidade, esteriliza a área e aumenta a erosão. O risco de inundações causado pela diminuição da infiltração das águas pluviais aumenta. Os corpos d'água próximos sofrem com a introdução de agentes tóxicos. Além disso, o aumento das concentrações de “material particulado” no ar, bem como a geração de gases ou vapores tóxicos, afetam o meio ambiente. As pessoas que ali trabalham podem estar expostas a condições ambientais que afetam sua saúde, como partículas, soluções ácidas, gases tóxicos ou substâncias que se acumulam no seu organismo, como metais pesados (CASALLAS; MARTINES, 2020).

O uso de mercúrio (processo de amálgama) gera inúmeros efeitos no ar, no solo e na água. A poeira fina, gerada na extração, sendo volátil, é

facilmente transportada pelo vento. Também pode haver fuga de cianeto, metais pesados, nitritos, dióxido de carbono, etc., que são depositados em barragens de contenção. Estes representam um risco elevado, uma vez que devem ser controladas durante até 20 anos e, durante esse tempo, podem infiltrar contaminantes no solo e nas águas subterrâneas ou de superfície” (CASALLAS; MARTINEZ 2020).

Extração ilegal e seus impactos socioambientais

É comum na mineração aluvial ou em minas clandestinas a céu aberto usar mão de obra infantil e adulta em condições análogas à escravidão. São trabalhadores sem direitos sociais, sem salário fixo e atendimento médico, e sujeitos a doença e morte. Em torno desse tipo de extrativismo cria-se um comércio com preços abusivos e uma rede de prostituição, com predomínio de mulheres adolescentes. À mineração clandestina se associa o tráfico de pessoas.

Nota-se uma crescente invasão de garimpeiros em terras indígenas na região amazônica, como já se apontou acima. Um estudo publicado pelo Instituto Igarapé mostra que havia 321 minas ilegais nos nove estados que compõem a bacia amazônica brasileira. O aumento do preço do metal ao longo dos últimos 20 anos tem impulsionado a demanda e a mineração irregular na região, trazendo "consequências mortais". A estimativa é que hoje essa indústria tem um faturamento entre US \$ 12 bilhões e US \$ 28 bilhões por ano. De acordo com o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), a contribuição das taxas de desmatamento de mineração de ouro em territórios indígenas na Amazônia saltou de 23% em junho de 2020, contra apenas 4% em 2017. O desmatamento se concentrou em territórios indígenas, onde, entre 2018 e 2019, a degradação ambiental causada pela mineração aumentou 107% (NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL, sustentabilidade, 2020).

Durante a pandemia do Corona vírus, várias comunidades indígenas foram afetadas pelo vírus trazido por garimpeiros ilegais e perderam a vida. A mineração de ouro na região amazônica provoca o desmatamento desse importante bioma, que é responsável pelo equilíbrio dos ciclos das chuvas e pela captura dos gases de efeito estufa. Além disso, como os garimpeiros

usam o mercúrio para extrair o metal, poluem rios, peixes e aqueles que deles dependem para viver, como os indígenas Yanomami e Munduruku. A invasão do garimpo deixou esses grupos mais vulneráveis à disseminação da Covid-19, além de outras doenças (NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL, 2020).

A organização "Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional" mostrou no relatório "O crime organizado e sua conexão com a mineração ilegal de ouro na América Latina" (2016) que em alguns países a produção ilegal de ouro para grupos criminosos é mais importante do que o tráfico de drogas.

No Peru e na Colômbia - os maiores produtores de cocaína do mundo - o valor das exportações ilícitas de ouro excede o valor das exportações de cocaína. A mineração ilegal tem sido a maneira mais fácil e rentável de lavar o dinheiro proveniente do narcotráfico na Colômbia (GLOBAL INICIATIVE 1, 2016, p.5).

Os dados desse documento são impressionantes. Segundo ele, a América Latina se caracteriza pelos altos percentuais de extração ilegal de ouro. Ao redor de 28% do ouro extraído e no Peru, de 30% na Bolívia, de 77% no Equador e entre 80% e 90% na Venezuela são produzidos ilegalmente. Essa mineração ilegal "emprega centenas de milhares de trabalhadores em toda a América Latina, muitos dos quais são extremamente vulneráveis à exploração do trabalho e ao tráfico de pessoas" (GLOBAL INICIATIVE 1, 2016, p.6).

A Colômbia tem a maior população de pessoas deslocadas no mundo, dos quais 87% são provenientes de áreas de mineração ilegal. Essa despeja mais de 30 toneladas de mercúrio em rios e lagos na bacia amazônica todos os anos, envenenando peixes e causando danos cerebrais em pessoas que residem em até 400 km rio abaixo. O custo humano da expansão da mineração ilegal é terrível. Há muitos casos de exploração laboral, sexual e infantil (GLOBAL INICIATIVE 1, 2016, p.8). As rotas utilizadas pelo narcotráfico servem também para o transporte ilegal e a venda de ouro.

Extração de jazidas de ouro pelas grandes corporações

A grandes mineradoras multinacionais são responsáveis pela maior parte da exploração de ouro do mundo. Elas realizam a extração do mineral

em minas a céu aberto ou subterrâneas. Como qualquer outro empreendimento de mineração, a extração de ouro no solo ou subsolo tem forte impacto ambiental: (a) São utilizadas substâncias tóxicas que poluem o solo e a água; (b) A camada de vegetação protetora é removida do solo; (c) Em alguns lugares, a área de mineração situa-se em região de penetração de água da chuva, a que alimenta lentamente os lençóis freáticos. No longo prazo, a mineração reduz a penetração da água no solo, o que diminui as fontes de água para a população. (d) Outro problema é onde os resíduos de mineração são colocados. As lagoas de rejeitos, quando rompidas, causam um grande desastre ambiental, causando a morte de pessoas, plantas, peixes e animais. Afetam de maneira intensa o meio físico e o biológico. Basta recordar a tragédia ambiental promovida pela mineradora Samarco, em Mariana (MG) e pela Vale, em Brumadinho, no últimos anos.

Segundo o Observatório de Conflitos mineiros na América Latina (OCMAL), durante a primeira etapa da Covid-19, várias mineradoras se recusaram a suspender suas atividades ou pressionaram as autoridades para evitar tal suspensão, mesmo quando a situação o exigia, devido ao aumento de infecções de trabalhadores com risco para suas famílias, comunidades de origem e o meio ambiente. As mineradoras aproveitaram-se da pandemia na América Latina para se beneficiar das medidas gerais restritivas e de confinamento determinadas pelas autoridades (OCMAL, Minería y COVID-19. Out 2020).

Os órgãos ambientais do governo encarregados de fiscalizar as empresas extrativistas costumam compactuar com elas. Ou quando multam e confiscam bens produzidos ilegalmente, são desautorizadas pelo poder central. A execução de ações de controlar, mitigar ou compensar os impactos ambientais estão bem abaixo do nível exigido ou mesmo planejado.

As mineradoras afirmam que trazem riqueza e progresso ao país. Não é o que acontece em várias partes do mundo. Os países onde se realiza a maior extração de ouro não são os mais ricos, tampouco os que apresentam melhor renda e qualidade de vida da população. No top 10 da extração de ouro se encontram o Peru, Gana e o Uzbequistão (NEWGREENFIL, 2020). As empresas transnacionais são as maiores mineradoras de ouro do mundo, e as que mais

se beneficiam. Elas têm minas em vários países. As mais importantes, em ordem de valor de mercado e quantidade de produção em 2020 eram: Barrick Gold (Canadá), Newmont Mining (Estados Unidos), AngloGold Ashanti (África do Sul), Goldcorp (Canadá), Kinross Gold (Canadá), Newcrest Mining (Austrália), Poly us Gold (Rússia), Agnico Eagle (Canadá) e Sibanye (África do Sul). Predominam então empresas canadenses, norte-americanas e sul-africanas. Os chineses estão aumentando rapidamente sua participação no mercado de mineração de ouro. Em 2020 as minas de ouro que se destacaram na América Latina foram: Pueblo Viejo (República Dominicana), Paracatu (Brasil), Veladero (Argentina), Yanacocha (Peru), Merian (Suriname), Herradura (México), Lemon-Guaje (México), Cerro Negro (Argentina) e Peñasquito (México) (NOTICIAIS DE MINERAÇÃO, 2017; BNA AMÉRICAS, 2020).

Os países que têm ouro em seu território não são os mais ricos, nem os mais justos do ponto de vista social. A riqueza do solo não se traduz em qualidade de vida para a população. Muitos são os fatores que explicam essa situação, tais como: mineração ilegal, cada vez mais associada ao crime organizado e ao tráfico de drogas; o predomínio de empresas mineradoras transnacionais, que se apropriam das riquezas produzidas pela mineração; a conivência dos governos locais e nacionais com esse sistema injusto, e o impacto negativo na saúde das comunidades próximas às jazidas. A extração e o beneficiamento do ouro acentuam as diferenças sociais e aumentam a poluição do solo, ar e água. Afetam também o equilíbrio ecológico das relações entre plantas e animais e reduzem a biodiversidade.

Ouro no mercado financeiro

O ouro se presta a muitos usos. Em média, um computador contém uma pequena quantidade de ouro, equivalente a 5 euros. O ouro é utilizado na fabricação e comercialização de joias, utensílios de luxo e no revestimento de peças artísticas. Mas seu principal destinação é o mercado financeiro. Ele é um dos ativos financeiros mais seguros da economia mundial. Além de ser um ativo físico, sustenta a reserva monetária de inúmeras economias ao redor do mundo, com seu valor e demanda sempre garantidos. Um porto seguro em tempos de instabilidade financeira.

De acordo com o World Gold Council, em 2020, os países que acumulavam a maior quantidade de ouro em barras ou lingotes, com grau de pureza superior a 99%, eram Estados Unidos: 8.133 toneladas, Alemanha: 3.362 toneladas, Itália: 2.451 toneladas., França: 2.436 toneladas, Rússia: 2.298 toneladas, China: 1.948 toneladas, Suíça: 1.040 toneladas, Japão: 765 toneladas (Blog Nubank, 2021). Esse ouro é custodiado por bancos estatais e entidades financeiras privadas. Além disso, o Fundo Monetário Internacional, que não entra nessa lista, teria mais de 2.800 toneladas (eco.sapo.pt/2020). Analistas do mercado financeiro sustentam que tal quantidade de ouro, destinado sobretudo ao mercado financeiro seria maior. É incalculável o ouro que está na mão dos maiores setores da economia clandestina no mundo: tráfico de armas, de drogas, de pessoas e do próprio ouro e de diamante.

O ouro tem alto valor agregado. Em 08 de março de 2022, uma *onz* de ouro (28,34g) valia em média US\$ 2.000 no mercado internacional. O investimento no mercado financeiro em ouro sustenta toda a cadeia produtiva desse metal, que possui vários elementos antiéticos, tanto na extração quanto na comercialização. Principalmente pelo seu impacto ambiental e social. O investimento no mercado financeiro em geral contribui para o crescimento da financeirização da economia. Reforça o “capital improdutivo”, que multiplica artificialmente o valor do dinheiro e não cria valor com a geração de produtos ou serviços.

Segundo o economista Ladislau Dowbor, o benefício dos investimentos produtivos é legítimo, pois gera empregos, produtos e paga impostos. A economia de mercado pressupõe trocas entre produtores e consumidores, gerando emprego e renda. Os rendimentos das aplicações financeiras, porém, constituem dividendos e garantem grande rentabilidade para quem nada produz. “O dinheiro obtido com as aplicações financeiras não coloca um par de sapatos no mercado de bens realmente existentes. Diferenciar investimento produtivo e investimento financeiro é básico ” (DOWBOR, 2019, p.15).

Os papéis financeiros renderam entre 7% e 9% ao ano nas últimas décadas. A produção efetiva de bens e serviços no mundo cresceu a um ritmo bem mais lento, de 2% a 5%. O bilionário que investe seu dinheiro no mercado

financeiro triunfa sem ter que produzir nada. A cada dia a maior parte de sua riqueza é reaplicada, gerando um enriquecimento improdutivo que, aos poucos, multiplica os bilionários e desacelera a economia. Mesmo em crise econômica, no cassino financeiro global, 1% das pessoas mais ricas do planeta têm mais riqueza do que os outros 99% (DOWBOR, 2019, p.16).

Grande parte da estagnação das economias reside no fato de que o capital dinheiro se tornou o patrimônio de pessoas (e grupos) que não participam no processo de produção. Eles tem fortunas gigantescas! Enquanto isso, a maioria da população do mundo não faz investimentos financeiros. “Eles gastam o que ganham ou até mesmo mais do que ganham. Então, ficam endividados e pagam juros” (DOWBOR, 2020, p.53).

Hoje, 737 grupos controlam 80% do universo empresarial do mundo. Neste universo, 174 grupos têm cerca de 40%, dos quais $\frac{3}{4}$ são bancos. Seus negócios não beneficiam em primeiro lugar o desenvolvimento sustentável e sim os acionistas dominantes, os controladores financeiros. O mecanismo de exploração mudou e tornou-se mais sofisticado (DOWBOR 2020, p. 52-53). O Papa Francisco, na *Laudato Si'* afirma:

Os poderes econômicos continuam a justificar o sistema mundial atual, onde prevalece a especulação e a busca por receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e o meio ambiente. É assim que a degradação ambiental e a degradação humana e ética estão intimamente ligadas (LS 56).

As entidades financeiras apresentam como investimentos mais seguros (ou mais rentáveis) as carteiras mistas de ações em várias empresas. As pessoas e as organizações eclesiais (dioceses, universidades, congregações religiosas, mantenedoras de escolas e hospitais) que investem no mercado financeiro muitas vezes não sabem que estão contribuindo para manter a cadeia produtiva do ouro, que causa danos sociais e ambientais.

O ouro na Bíblia

Ouro nas Escrituras Judaicas

Os judeus, como outros povos do Oriente em sua época, valorizavam o ouro por sua beleza e esplendor, o brilho que evoca o sol, fonte de energia vital, e por ser um material macio, fácil de manipular e transformar. O ouro não oxida nem se decompõe. Evoca pureza e constância.

Os artesãos (os ourives) pegavam os grãos do metal e os batiam com um martelo até que se tornassem placas muito finas. Também se fundia o ouro em um forno para colocá-lo em moldes quando estava em estado líquido. Vários objetos foram feitos dessa forma, especialmente ídolos (Oro, Diccionario Enciclopédico de Biblia y Teología)

Os centros de mineração de ouro estavam localizados fora da Palestina, em terrenos aluviais, rios e córregos. O ouro era utilizado para trocar presentes valiosos (2Rs 5,5), em joias e ornamentos, e em objetos para a corte dos reis. No templo se aplicava ouro para cobrir as paredes de madeira, o altar e os móveis, e também como uma matéria-prima para utensílios de culto, como cálices, candelabros e pratos.

Na Bíblia, a expressão "ouro e prata" significa a riqueza material das pessoas (Gn 24,53; Ez 16,13) ou dos reis e sua corte (1Cr 29,3; 2Cr 9,14; Ez 28,4). Os profetas denunciam a riqueza, simbolizada na expressão "ouro e prata", que é fruto da acumulação e da astúcia (Ez 28,4-6). A mesma indignação se manifesta na Epístola de Tiago, contra os ricos:

Seus bens estão podres, suas roupas roídas pela traça, sua prata e ouro enferrujados; e sua ferrugem testifica contra vocês, e consumirá seus corpos como fogo. Vocês acumularam riqueza agora, que é o tempo final. O salário dos trabalhadores, que vocês não pagaram aos que lavravam em seus campos, levanta o clamor; o clamor dos ceifeiros chegou aos ouvidos do Senhor Todo-Poderoso (Tg 5,3-4).

Ao contrário de outros povos, os judeus não identificaram o ouro, nem as esculturas desse metal precioso, com a divindade. Javé, o Deus que libertou o povo da escravidão, não aceita ser representado por estátuas de ouro, prata ou bronze (Ex 20,4). Deus se aproxima e propõe uma aliança de

amor: “Eu serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo” (Ex 6,7; Jr 32,38). Ele permanece totalmente Outro, que não se deixa manipular. A famosa cena do bezerro de ouro (Ex 32, Dt 9,7-29), destruída por Moisés, mostra como a fidelidade a Deus exige perseverança e não ser seduzido por uma religiosidade mágica.

O livro de Deuteronômio estabelece algumas regras sobre o uso de ouro e prata. Ele diz: “Não cobice a prata e o ouro que os ídolos estrangeiros usam; isso seria uma armadilha para você. Isso é abominável para o Senhor seu Deus” (Dt 7,25). As pessoas não deveriam acumular muita prata e ouro (Dt 17,17). Na mesma linha, o livro de Josué afirma que quando Israel vencer a batalha e entrar em Jericó: “Toda prata, todo ouro e todos os utensílios de bronze e ferro são sagrados e pertencem ao Senhor e devem ser levados ao seu tesouro” (Js 6,19). Tal procedimento visa evitar a violência contra os inimigos, o acúmulo pessoal de riqueza e a competição.

Os relatos bíblicos influenciados pela tradição sacerdotal, que tomou forma após o exílio, exageram ao descrever o uso do ouro em prescrições rituais e no Templo de Jerusalém. É improvável que a Arca da Aliança, que foi transportada durante os anos da caminhada no deserto, estivesse revestida com tanto ouro, como descrito em Êxodo 25,10-28. Um povo de pastores peregrinos não tinha essa quantidade de metal precioso. O mesmo ocorre com as vasilhas de incenso e o candelabro de sete braços, o Menorah (Ex 25,29-30). De igual modo, diz-se que Salomão adornada todo o interior do templo e seu altar com ouro puro (2Rs 6,20-22).

Os reinados de Davi e Salomão foram consolidados à custa de dominação sobre outros povos, saques e acumulação de riquezas (2Sm 8,11). Depois de conquistar Rabá, a cidade dos amonitas, David tomou a coroa de ouro de Molec, adornada com pedras preciosas, que pesava trinta e cinco quilos. E o colocou em sua cabeça (2Sm 12,30). A coroa e o cetro de ouro representavam o poder absoluto do rei.

Quando a Palestina judaica foi dividida pelos filhos de Salomão em dois reinos, Judá e Israel, o ídolo do bezerro de ouro foi usado novamente, para claros propósitos políticos. Para garantir seu poder e evitar que os peregrinos das tribos do norte fossem ao templo em Jerusalém, o rei Jeroboão fez dois

bezerros de ouro, destinados à adoração nos santuários estabelecidos em Betel e Dã (1Rs 12,27-30). Ele dizia ao povo: “Aqui está o seu Deus, que lhe tirou da terra do Egito” (v. 28). Idolatria e uso político da religião andam de mãos dadas.

Naquela época, o reino de Judá foi ameaçado por um ataque assírio. Então o rei perguntou quanto eles exigiram para que Jerusalém não fosse destruída. A resposta do soberano da Assíria foi: “10,5 toneladas de prata e uma tonelada de ouro” (2Rs 18,14). Anos mais tarde, a cidade foi tomada pelas tropas de Nabucodonosor, rei da Babilônia. Ele “retirou todos os tesouros do templo do Senhor e do palácio real, saqueando todos os utensílios de ouro que Salomão fizera para o templo (2Rs 24,13). O ouro acumulado pelos reis e sacerdotes, à custa de dominação e de injustiça, foi apropriado pelo império babilônico. Taças de ouro e prata, objetos sagrados do templo, faziam parte de festivais e orgias da corte (Dn 5,2-3). Esse uso devia provocar humilhação e indignação entre os judeus exilados.

Novo Testamento

Nos relatos da infância de Jesus no Evangelho de Mateus, é dito que os magos ofereceram a Jesus "ouro, incenso e mirra" (Mt 2,11). Essas ofertas têm um significado simbólico. A comunidade de Mateus reconhece que Jesus é rei (ouro), deve ser reverenciado como filho de Deus (incenso), mas também é o homem que foi condenado à morte na cruz (mirra, usada para ungir os mortos). Fora do contexto, esta citação bíblica foi usada mais tarde para justificar o uso de ouro em objetos de adoração e em templos cristãos.

Quando Jesus envia os seus discípulos para anunciar o Reino de Deus, pede-lhes: "Não carreguem ouro, prata ou cobre nos bolsos" (Mt 10,9). É uma recomendação ao desapego para evitar o acúmulo de bens e centrar-se na missão evangelizadora. A outra referência ao ouro, no Evangelho, é mais difícil de compreender (Mt 23,16-22). Na polêmica contra os fariseus e os doutores da lei, Jesus denuncia como essas autoridades religiosas priorizam as leis e os preceitos rituais, em detrimento da fidelidade a Deus. Eles não percebem que quando se jura pelo ouro do templo (uma prática da época), a pessoa deve se referir não apenas ao santuário, mas ao próprio Deus. O mais

importante não é a aparência, mas "a justiça, a misericórdia e a fidelidade" (Mt 23,23).

À medida que sua fé passou por muitas crises e se tornou mais madura, o povo de Israel e os cristãos usaram a *analogia* do ouro para expressar profundas convicções religiosas. Por exemplo: "os mandamentos de Deus são mais desejáveis do que o ouro mais puro" (Sl 19,10). A sabedoria deve ser buscada com mais intensidade do que o ouro (Pr 16,16). Aqueles que verdadeiramente servem a Deus são testados, como o ouro é purificado pelo fogo (Eclo 2,5; Pr 17,3). "Para que a prova da fé de vocês, mais preciosa do que o ouro que perece, provada pelo fogo, resulte em louvor, glória e honra na revelação de Jesus Cristo" (1Pd 1,7). O ouro refinado no cadinho serve de imagem para a purificação do povo de Deus na fornalha da prova. É fidelidade ao projeto de Deus.

O livro do Apocalipse, com seu forte peso simbólico, revela o *caráter ambíguo* e *ambivalente* do ouro e de seus significados. Já no início, em Ap 1,13.20, o Cristo glorificado é apresentado com uma faixa de ouro no peito, e as comunidades cristãs como candelabros de ouro. Elas são nobres, mas podem se desviar. Por isso, é necessário ouvir a Palavra que consola e adverte (Ap 2,7). Já Ap 17,1-6 apresenta o imenso poder político e religioso do Império Romano, que é comparado à grande prostituta, assentada em "uma besta com sete cabeças e dez chifres". É uma alusão clara às sete províncias do império, sua complexidade e enorme capacidade de destruição. O seu poder de sedução é imenso: "os reis da terra prostituíram-se com ela. Os habitantes da terra embriagaram-se com o seu vinho" (Ap 17,2). E também: "os mercadores da terra enriqueciam-se com o poder de sua sensualidade" (Ap 18,3). Ela "estava toda adornada com ouro". Em sua mão ele tinha uma taça de ouro cheio de obscenidades e impurezas (Ap 17,4). Seu nome é "Babilônia" (Ap 17,5), imagem das forças históricas arrogantes que subjagam os povos; alusão à Torre de Babel que causa confusão e divisão. Babilônia é violenta, pois bebe o sangue dos santos e das testemunhas de Jesus (Ap 17,6). Ela se opõe à mulher descrita em Apocalipse 12: vestida de sol (a luz de Deus), grávida e parturiente, peregrina no deserto, perseguida pelo dragão e protegida por Deus e pela terra.

De outro lado, no Apocalipse o ouro significa a fé perseverante dos cristãos, a glória de Deus manifestada em Cristo ressuscitado e suas testemunhas (especialmente os mártires), e a plenificação do Reino de Deus, a nova Jerusalém.

O autor bíblico adverte a comunidade que se deixou levar pelo fascínio das riquezas, que se tornou autossuficiente e indiferente na fé, “nem frio nem quente” (Ap 3,14-20). Ela se considera rica e satisfeita. Na realidade, esta comunidade é infeliz, cega e sem vestimentas! O anjo de Deus lhe mostra outro caminho, expresso pela analogia de “adquirir meu ouro puro, que passou pelo fogo (perseverança da fé), roupas brancas (pureza e honestidade) e colírio” para ver a realidade com a perspectiva de Deus. Finalmente, ele propõe à comunidade ser educada por Jesus e converter.

O capítulo 4 do livro do Apocalipse apresenta uma visão de 24 anciãos e os 4 seres viventes, que tiram de suas cabeças as respectivas coroas douradas da cabeça e “rendem glória, honra e ações de graças” ao Deus Criador e ao Cristo morto e ressuscitado (o cordeiro imolado). Eles se ajoelham diante do Cristo glorificado. “Cada um tinha uma cítara e uma taça de perfume de ouro, as orações dos santos” (Ap 5, 8). Pois “louvor, honra, glória e poder” pertencem à Trindade (Ap 5,12-14). É uma alusão aos mártires, que testemunham até a morte sua adesão a Jesus e ao Reino (Ap 6,9-11).

Finalmente, o Apocalipse representa a consumação do Reino de Deus com a imagem da “nova Jerusalém”, a tenda derradeira em que Deus habitará com a humanidade; e a nova criação, o novo céu e a nova terra (Ap 21). A cidade e sua praça terá de ouro puro e cristalino e pedras preciosas (Ap 21,18.21).

Reflexão teológico-pastoral sobre os impactos do ouro, que atravessam fronteiras

Apresentaremos a seguir, em forma de tópicos, aspectos teológico-pastorais que sintetizam e atualizam a questão do ouro e suas implicações para as comunidades humanas e o planeta.

Releitura bíblica e consequência para as Igrejas

Como vimos no item anterior, na Bíblia prevalece a dimensão simbólica do ouro, com muitas variantes: ele é um sinal de perseverança na fé, retidão e honestidade; alude à preciosidade da Palavra de Deus e à busca da sabedoria, é o reflexo humano do esplendor de Deus, representa a beleza da realização do Reino de Deus no meio do seu povo (a nova Jerusalém).

Há várias citações na Bíblia em que se apresentam “ouro e prata” como sinônimo de riqueza. Porém se condena a riqueza adquirida com a injustiça, em detrimento do Bem Comum. Situação semelhante acontece com o ouro destinado ao culto religioso, em objetos sagrados, na arca da aliança e no revestimento do templo. Esses textos foram influenciados pela corrente sacerdotal após o exílio. Tal visão idealizada do passado não faz parte da mensagem central da Bíblia. Em contrapartida, os textos proféticos enfatizam que o culto autêntico a Deus requer uma ética comunitária: “Mesmo que vocês multipliquem suas orações, não vou escutar (..) Parem de fazer o mal, aprendam a praticar a lei, ajudem os oprimidos, façam justiça aos órfãos, defendam a causa da viúva ” (Is 1,15-17).

O poder de sedução e destruição da "nova Babilônia", descrita no Apocalipse é atual. Podemos constatá-lo na força do mercado global, em suas leis perversas, em sua ideologia enganosa e sedutora e nas mortes que causa. Um de seus braços é o extrativismo depredador. O apelo à comunidade de Laodicéia, em Ap 3,14-17 se traduz, entre outros aspectos, em uma "conversão ecológica": adotar um estilo de vida simples, estabelecer relações justas, deixar-se tocar pelo sofrimento da humanidade e da Mãe Terra, nutrir a relação cotidiana com Deus através de seu Palavra.

Em diferentes culturas, o ouro evoca uma ampla gama de significados positivos, como beleza, perfeição, pureza, luz, incorruptibilidade, fertilidade, transformação e eternidade. Porém, também expressa valores negativos: riquezas mundanas, idolatria, ganância e ostentação (ANGOSO DE GUZMÁN, 2017, p.25,58-69). O ouro tem estreita relação com o poder, o colonialismo e o neocolonialismo, formas antigas novas de dominação.

A posse e o uso de ouro desempenharam um papel proeminente no surgimento de sociedades desiguais. Assim, “as joias de ouro marcavam a presença de quem a usava - guerreiro, cacique ou xamã - que estabelecia uma afirmação de superioridade sobre seus pares, graças ao poder numinoso do binômio ouro-sol” (ANGOSO DE GUZMÁN, 2017, p.138). Houve então uma “identificação do ouro com autoridade, hierarquia e poder masculino” (ANGOSO DE GUZMÁN, 2017, p.135). No simbolismo religioso de várias culturas o ouro representa o elemento masculino e a prata, o feminino. Essa classificação reforça a supremacia do homem na sociedade patriarcal.

Ao longo da história a Igreja Católica serviu-se do ouro para cobrir as imagens de santos, altares e paredes de templos com a intenção de reverenciar a Deus. E quantas vezes esse ouro se misturou com o sangue dos povos originários da América e do Caribe, e de multidões de africanos traficados e escravizados em nosso continente. Houve uma dissociação entre religião e ética, promovida pelo colonialismo. O intento de colocar os interesses corporativos e institucionais das religiões e das igrejas em primeiro plano consiste em um afastamento da experiência espiritual cristã autêntica. Pode se tornar uma forma sutil de idolatria, às vezes disfarçada com discursos piedosos, tais como: “é preciso usar utensílios de ouro nas Igrejas, pois Cristo é nosso rei e merece o melhor”.

Ouro e (in)sustentabilidade

Permanecem duas questões vitais, quando se reflete sobre o ouro em perspectiva ecológica: é possível a extração sustentável do ouro? É viável o comércio justo desse metal? A resposta depende muito do lugar social de pessoas e grupos, o que condiciona seu “lugar hermenêutico”. Ao ouvirmos as lideranças de comunidades afetadas pela mineração, essas denunciam que as leis ambientais não estão sendo seguidas, que a Terra está ferida, que garimpeiros e as empresas mineradoras não respeitam as pessoas, os grupos sociais e meio ambiente, pois visam a maximização de lucros. Se consideramos a versão das empresas e de seus técnicos, bem como as declarações governamentais, prevalece o discurso otimista, que minimiza os

impactos negativos. E isso diz respeito a praticamente a todos os metais extraídos, como o ferro, o cobre, o nióbio, o urânio, a bauxita etc.

O livro “Mitos y realidades de la minería en el Perú” (MAQUET, 2013) revela os principais argumentos utilizados pelas mineradoras. Elas depreciam e desautorizam os que se opõem à mineração degradadora, classificando-os como conspiradores, extremistas que agem por ignorância ou por ideologias radicais. A seguir, sustentam e difundem certos “mitos”, que não correspondem à realidade. A obra, como anuncia o subtítulo, é um “guia para desmontar o imaginário extrativista”. Mostra a inconsistência dos mitos: “a mineração é um motor de progresso”, “o extrativismo moderno não contamina”, “a mineradores escutam as pessoas e as comunidades, e “não há outra alternativa”. Tomemos um exemplo. O discurso extrativista afirma que a mineração gera muitos empregos diretos e indiretos. No cenário do Peru, país de intensa exploração extrativista, somente 2% da população ativa trabalhava na mineração. Em contrapartida, 23% estava na agricultura, 16% no comércio e quase 10% na indústria (MAQUET, 2013, p.37).

Os técnicos da mineração reconhecem que a extração de ouro, em rios ou jazidas, apresenta sérios riscos ambientais e à saúde humana. Por outro lado, afirmam que é possível e necessário reduzir os impactos negativos com a adoção de medidas corretivas, de remediação do solo, das águas e do ar. De acordo com a Martinez e Casallas (2018), tratamentos biológicos ou de biorremediação incluem: “landfarming”, compostagem, fitorremediação, ficorremediação, zonas úmidas artificiais ou construídas, reatores aeróbios e anaeróbios (p.38-56). Os tratamentos físico-químicos podem ser: absorção por vapor do solo, oxidação química e eletrocinéticas (p.57-61). Os tratamentos térmicos são caros devido ao uso intensivo de energia. Eles incluem: incineração, desorção térmica e pirólise (p.61-66). Existem ainda “sistemas de remediação não convencionais para solos contaminados, tais como: oxidação avançada, “Fenton”, barreiras biológicas para potencializar a eletrorremediação, bioelectrocinética e outros (p.67-73).

É louvável que a tecnociência tenha descoberto mecanismos para reduzir os impactos negativos da mineração de ouro nas comunidades e no meio ambiente. No entanto, surge uma pergunta crucial: qual é o percentual

efetivo de mineradoras que utilizam esses recursos? Qual é o resultado efetivo desse uso? As mineradoras estão dispostas a arcar com os custos das medidas de remediação?

Mais complexa ainda é a questão da responsabilidade dos governos, visando reduzir o impacto negativo da mineração. As ações efetivas dos Estados-nação da América Latina para combater a extração e comercialização ilegal de ouro estão longe de ser razoáveis. Quando há leis ambientais consistentes, falta fiscalização e punição (multas) para quem polui. O princípio “poluidor pagador” não se aplica com o rigor necessário. Às vezes, a mineração do metal é legal, mas injusta. Pois as leis não expressam as diretrizes necessárias para a “justiça socioambiental” e o Bem Viver das comunidades.

Por fim, o investimento em ouro no mercado de capitais está envolvido em diversos mecanismos injustos, vinculados ao “capital improdutivo”, que levam à concentração da renda e à redução da produção e do emprego.

Da implantação do empreendimento extrativista ao mercado financeiro: a posição da *Laudato Si*

A encíclica *Laudato Sí* do Papa Francisco (2015) oferece alguns critérios preciosos para iluminar as práticas sociais e ambientais. Não há referência direta ao ouro, e sim citações que se aplicam à extração e ao mercado financeiro, principal destinação das barras de ouro. A *Laudato Si* denuncia que a economia assumiu o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano e a nossa Casa Comum. A financeirização sufoca a economia real. “E o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social” (LS 109).

O Capítulo V da *Laudato Si* visa “delinear grandes percursos de diálogo para sair da espiral de autodestruição em que estamos afundando (LS 163)”. Desmascara a ideologia neoliberal e a lógica perversa do mercado global. Convém evitar uma concepção mágica do mercado, segundo a qual os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos. Quem está obcecado com a maximização dos lucros vai

considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações? “Dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas alterados pela intervenção humana” (LS190). Dirigido sobretudo àqueles que detém o poder tecnológico, econômico e político, o capítulo V da *Laudato Si'* propõe grandes linhas de de transição e de mudança.

Francisco assinala as funções que devem ser assumidas pelas autoridades regionais e nacionais, na direção oposta ao neoliberalismo. Dentre as múltiplas funções do Estado, destaca: planificar, coordenar, vigiar e sancionar, no seu território. No âmbito do direito, enfatiza: aplicação do princípio de previsão e precaução, regulamentações adequadas, vigilância sobre a aplicação das normas, combate à corrupção, controle operacional sobre processos de produção, e intervenção perante riscos potenciais. Na relação com a sociedade civil, compete ao Estado incentivar as boas práticas, estimular a criatividade que busca novos caminhos, facilitar as iniciativas pessoais e coletivas (LS 177). Ora, se os Estados nacionais, especialmente na América Latina e na Ásia realizarem sua função, isso minimizaria a ação depredadora do extrativismo.

Nesse contexto de enfrentamento à política e à economia insustentável do ponto de vista social e ecológico, ganha importância a mobilização dos cidadãos. A sociedade, através de organismos não-governamentais e associações intermediárias, pressiona os governos para desenvolver normativas, procedimentos e controles mais rigorosos (LS 179). Francisco sugere um *realismo político*, que consiste em adotar medidas e tecnologias de transição, acompanhadas de compromissos graduais vinculativos (Sl 180). Tal orientação vale para vários aspectos ambientais, como a agricultura e a geração de energia de baixo carbono, e apela para mudar a forma global como se atua a indústria extrativista.

Se o ciclo destruidor da mineração começa, no âmbito legal, com a análise e aprovação do empreendimento extrativista, é fundamental garantir que esse seja realizado de maneira transparente e participativo. Nesse sentido, o número 183 da Encíclica é um eficiente norteador. Resumidamente, ele indica que: (1) Um estudo de impacto ambiental deve anteceder a

elaboração de um projeto produtivo ou de qualquer política, plano ou programa. (2) Esse é feito de forma interdisciplinar, transparente e independente de pressão econômica ou política. (3) Implica a análise dos possíveis efeitos na saúde das pessoas, na economia local, na segurança. (4) Alcança consenso entre os atores sociais, que trazem diferentes perspectivas, soluções e alternativas. (5) No debate, tem lugar privilegiado os moradores locais. (5) A participação requer que todos sejam informados sobre os vários aspectos, riscos e possibilidades. (6) É imprescindível a sinceridade e a verdade nas discussões científicas e políticas, levando em conta o que é permitido pela legislação.

A *Laudato Si* evidencia a aplicação do *princípio de precaução*, um dos critérios fundamentais das lutas socioambientais no mundo e que normalmente não é seguido pelos empreendimentos de mineração. Segundo tal princípio, se a informação objetiva leva a prever um dano grave e irreversível, mesmo que não haja uma comprovação indiscutível, seja o projeto que for, deverá ser suspenso ou modificado (LS 186). É o caso, por exemplo, da redução das fontes de água potável e da poluição dos cursos d'água, dano “grave e irreversível” que acompanha a extração do ouro e de outros metais.

Se a mineração do ouro e de outros metais ganhou uma escala global, é necessário fazer frente à sua dominação com a soma de iniciativas internacionais e planetárias. As águas, o ar, o solo e subsolo são bens coletivos. Então, “precisamos de um acordo sobre os regimes de governança para toda a gama dos bens comuns globais (LS 174)”.

Considerações finais

Na pregação e prática de Jesus não há valorização do ouro, nem a recomendação de usar utensílios de ouro para louvar a Deus, nas casas ou no templo. Isso deve inspirar os cristãos a se mobilizarem para rejeitar círculo vicioso do ouro. Principalmente em uma sociedade onde o ouro se tornou um importante elemento da iniquidade do mercado, desde a extração até sua

destinação, alimentando relações injustas que impactam negativamente a vida dos pobres e no meio ambiente.

O investimento em ouro no mercado de capitais está envolvido em diversos mecanismos injustos, vinculados ao “capital improdutivo”, que levam à concentração da renda e à redução da produção e do emprego. Por isso, as Igrejas cristãs e suas instituições são instadas a *desinvestir* em ouro no mercado financeiro, com também se faz necessário reduzir a utilização do ouro em seus templos e nos materiais litúrgicos.

Vale ressaltar, na nossa conclusão, que há algumas iniciativas das igrejas cristãs na América Latina e no Caribe, em defesa das comunidades e dos territórios atingidos pela mineração em geral, e em particular, pela exploração do ouro. Desde o ano 2013, a Rede *Igrejas e Mineração*, formada por organizações, agentes pastorais e Igrejas desenvolve suas atividades nos territórios de mineração. Ela articula iniciativas de resistência, gera uma rede de comunicação para denunciar as violações aos direitos socioambientais que ocorrem de forma permanente no Brasil e na América Latina, provocadas por corporações e pelos Estados. Investe na elaboração de uma ecoespiritualidade, valoriza as experiências positivas das comunidades e desenvolve material didático impresso, de áudio e vídeo.

Estamos unidos e inspirados pela fé e esperança no Deus criador da vida e da mãe natureza; um Deus que nos convoca a construir um mundo onde todas as pessoas vivam com a dignidade de filhos e filhas de Deus, em perfeita harmonia com a Mãe Terra e toda a criação” (<https://iglesiasymineria.org/quienes-somos>).

Como fruto do II Encontro latino-americano de “Iglesias y minería” de 2014, a rede brasileira elaborou um livro que recolhe experiências de enfrentamento e resistência frente ao poder avassalador dos diferentes tipos de empreendimentos extrativistas. Intitulado “Igreja e mineração. Em defesa da vida e dos territórios” (2015), o trabalho foi assumido pela comissão episcopal para o serviço da caridade, justiça de paz da CNBB. No início de 2020 a Conferência dos Bispos criou a “Comissão Especial sobre a Mineração e a Ecologia Integral”, que tem marcado uma posição clara em defesa das comunidades e dos territórios, tanto no país, quanto em instâncias

internacionais. A comissão, coordenada por Dom Sebastião Lima Duarte, bispo de Caxias (MA) é constituída por agentes de pastoral que tem longa experiência nesse campo.

Para acompanhar a ação proativa de comunidades atingidas pelo extrativismo e tornar público a violência às quais são submetidas, criou-se o “Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL). Essa entidade reúne aproximadamente 40 organizações do nosso continente (<https://www.ocmal.org/miembros-ocmal/>). No site há também um mapa atualizado dos principais conflitos da região. Destacam-se ainda os cinco fascículos de “¿Agua o Minería? Resistencias Comunitarias en América Latina”, com relatos impressionantes (<https://www.ocmal.org/publicaciones-ocmal/>).

Está em andamento uma campanha destinada às comunidades cristãs visando o desinvestimento em combustíveis fósseis e o reinvestimento em outras áreas. O guia, disponível na internet, lista uma série de instituições católicas, inclusive congregações religiosas, que já tomaram essa iniciativa (<https://gofossilfree.org/manual-de-desinversion-reinversion>). A rede “Iglesias y minería”, por sua vez, promove uma campanha de desinvestimento em mineração. É sabido que pessoas físicas e jurídicas investem no mercado financeiro, para valorizar o capital que tem disponível. Acontece que tal investimento está cercado por vários elementos de iniquidade. Dentre os metais, o ouro tem um lugar especial, como lastro no mercado financeiro e devido ao seu alto valor agregado. Então, em aliança com outras entidades eclesias, com a austríaca “Dreikönigsaktionen” promoveu-se uma reflexão específica de “desinvestimento” em ouro. Constituiu-se um grupo internacional de reflexão, com múltiplos olhares. A síntese desses trabalhos será publicada em livro com o título “Teologías, ecologias y extrativismos” (2022), com o aval do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano e Caribenho). Essa obra está articulada em três blocos: teologia pós-colonial, teologia litúrgica e perspectiva ética teológica.

A prática e o discurso das Igrejas em relação à mineração, e sobretudo ao ouro, devem se assemelhar à atitude de Pedro, ao encontrar o paralítico na entrada do templo: “Não tenho prata nem ouro; mas o que tenho eu dou a você. Em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, levante-se e ande ” (At 3,6). Não

à acumulação e ao extrativismo depredador, sim à promoção da vida em toda sua extensão!

Referências

ANGOSO DE GUZMÁN, Diana. *El oro: sustancia y significado. Usos del material aúrico en las prácticas artísticas contemporáneas (1953-2013)*. Universidad complutense de Madrid Facultad de geografía e historia. Tesis doctoral, 2017.

BNA AMÉRICAS. *Las minas de oro de Latinoamérica que destacarán este año*. Marzo 2020. <https://www.bnamericas.com/es/reportajes/las-minas-de-oro-de-latinoamerica-que-destacaran-este-ano>

CASALLAS, Miguel Reinaldo; MARTÍNEZ SEPÚLVEDA, José Alejandro. *Contaminación y remediación de suelos en Colombia: aplicación a la minería de oro*. Bogotá: Universidad EAN, 2018.

CASALLAS, Miguel; MARTÍNEZ SEPÚLVEDA, José Alejandro. Panorama de la minería del oro en Colombia. *Revista Ploutos*. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280298770_Panorama_de_la_mineria_del_oro_en_Colombia

Diccionario Enciclopédico de Biblia y Teología. Biblia.Work. Verbetes: Oro. <https://www.biblia.work/diccionarios/oro>

DOWBOR, Ladislau. A burrice no poder. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri (orgs). *Novos paradigmas para outro mundo possível*. Rio de Janeiro: Usina. 2019, p. 9-34.

DOWBOR, Ladislau. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: SESC, 2020.

GLOBAL INICIATIVE. *El crimen organizado y la minería ilegal del oro en América Latina*. <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2016/03/El-Crimen-Organizado-y-la-Miner%C3%ADa-Ilegal-de-Oro-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>

GLOBAL INICIATIVE. *Organized Crime and Illegally Mined Gold in Latin-America*. <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2016/03/Organized-Crime-and-Illegally-Mined-Gold-in-Latin-America.pdf> (documento completo)

<https://blog.nubank.com.br/onde-fica-a-reserva-de-ouro-do-brasil/> (2021)

<https://gofossilfree.org/manual-de-desinversion-reinversion>

<https://iglesiasymineria.org>

<https://www.slideshare.net/AfonsoMurad/os-cristaos-e-o-ouro-afonso-murad>

MAQUET, Paul. *Mitos y realidades de la minería en el Perú: Guía para desmontar o imaginário extrativista*. Lima: Programa Democracia y Transformación Social, 2013.

NEWGREENFIL. *Os 10 países que produzem mais ouro*.

<https://www.newgreenfil.com/pages/o/s-10-paises-que-produzem-mais-ouro#:~:text=O%20maior%20pa%C3%ADs%20produtor%2>

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL. *Estudo encontra 321 minas ilegais nos nove estados da Bacia Amazônica* (09 abril 2021).

<https://www.noticiasdemineracao.com/sustentabilidade/news/1408041/estudo-encontr-321-minas-ilegais-nos-nove-estados-da-bacia-amaz%C3%B4nica>

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO BRASIL. *Conheça as 10 maiores mineradoras de ouro do mundo* (2016).

<https://www.noticiasdemineracao.com/produ%C3%A7%C3%A3o/news/1141231/conhe%C3%A7a-dez-maiores-mineradoras-ouro-mundo>

OCMAL. Informe “Minería y Covid-19” II. Outubro de 2020.

<https://www.ocmal.org/wp-content/uploads/2020/11/2do-Informe-OCMAL-Mineria-y-Covid-.pdf>

FRANCISCO. *Carta encíclica Laudato Si'*. São Paulo: Paulinas, 2015.

PORTAFOLIO.CO. *Más del 60% de la minería de oro en Colombia es ilegal*:

ONU. <https://www.portafolio.co/economia/mas-del-60-de-la-mineria-de-oro-en-colombia-es-ilegal-onu-547193>

Quem tem as maiores reservas de ouro do mundo? E quanto valem? Disponível em: <https://eco.sapo.pt/2020/08/19/quem-tem-as-maiores-reservas-de-ouro-do-mundo-e-quanto-valem/> (19 agosto 2020).

RED IGLESIAS Y MINERÍA (org). *Teologías, Ecologías y extrativismos*. Bogotá: DGP editores, 2022 (no prelo)

Todos os acessos revistos em 25/03/2022

Trabalho submetido em 28/04/2022.

Aceito em 04/06/2022.

Afonso Tadeu Murad

Doutor em Teologia pela Pontificia Universitas Gregoriana (1992). Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1981), em Filosofia pela Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais (1984). Concluiu especialização em Gestão e Marketing, pela Fundação Dom Cabral (2006) e Comunicação Social na Universidade São Francisco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3714-7378>. Email: amurad@marista.edu.br